



O PLANEJAMENTO PÚBLICO FEDERAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX¹

Daniel Claudy da Silveira², David Basso³. UNIJUÍ

INTRODUÇÃO: O planejamento público foi muito utilizado, de maneira muito especial na segunda metade do século XX, como instrumento orientador do desenvolvimento econômico brasileiro. O trabalho buscou identificar as principais características dos planos de abrangência nacional na segunda metade do século XX, com particular atenção para os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND's – vigentes ao longo da década de 1970. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Além dos documentos oficiais contendo os diferentes Planos Nacionais, também foram utilizados livros, estudos e artigos disponíveis na Biblioteca Central da Unijuí ou em endereços eletrônicos de periódicos e organismos públicos e privados ligados ao tema do planejamento. **RESULTADOS:** Na segunda metade do século XX o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo. A partir dos anos 50, o país estruturou o seu processo de desenvolvimento econômico por meio de políticas públicas orientadas por diversos planos nacionais. A industrialização e o crescimento econômico acelerado estiveram no centro do planejamento público federal deste período. Os principais planos/programas/projetos de abrangência nacional desse período foram os seguintes: a) Plano SALTE (1947), considerado o primeiro ensaio de planejamento econômico no Brasil; b) Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (1951), vinculada ao plano norte-americano de ajuda técnica para defesa, educação, saúde, agricultura e planejamento econômico aos países subdesenvolvidos; foi no âmbito de suas conclusões que se criou o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), para fomentar o desenvolvimento dos setores básicos da economia brasileira, nos segmentos públicos e privados; c) Plano de Metas (1956), tinha como alvo estimular os setores de energia, transporte, siderurgia, automobilística, bens de capital, bem como a construção de Brasília; d) Plano Trienal (1963), com objetivos de promover um desenvolvimento econômico rápido e de estabilizar o nível de preços e inflação; e) Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG - (1964), que criou o Banco Central do Brasil e o FGTS, bem como estimulou a recuperação das exportações agrícolas; f) Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED - (1968), voltou-se para a aceleração do desenvolvimento econômico, a expansão dos mercados interno e externo e a venda de títulos públicos; g) I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972), que surgiu em plena fase do “Milagre Brasileiro”, com crescimento acelerado, afluxo de capitais externos, forte presença de empresas multinacionais e uma política favorável à abertura de capital; h) II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975), busca de autonomia em insumos básicos, preocupação com o problema energético, com estímulo à pesquisa de novas fontes de energia; este plano foi ofuscado no final do plano (1979) em função do descontrole inflacionário; i) III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980), num quadro de crise econômica internacional e de crise da dívida no plano interno, a política econômica do governo passa a ser orientada por medidas de curto e curtíssimo prazo; j) I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986), explosão das taxas de inflação ocasionando o



Plano Cruzado, que se fundamentou numa política de congelamento de preços; k) Reforma Constitucional (1988), que instituiu o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento de médio prazo, estabelecendo de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal; l) Plano Real (1994), voltado basicamente à busca da estabilidade econômica por meio do controle inflacionário. Os diversos planos, a começar pelo Plano Salte, foram caracterizados como sendo, em sua essência, programas de orientação dos gastos públicos, desdobrando-se em políticas para os setores da saúde, educação, transporte, alimentação e energia, cujos recursos proviriam em grande parte de empréstimos e financiamentos. Com o passar dos anos, os programas passaram a ter uma preocupação maior com a identificação e solução de dificuldades e problemas conjunturais que obstaculizavam o crescimento econômico de setores como exportação, industrial e de fontes renováveis de energia considerados estratégicos a partir de 1950. Pode-se, enfim, identificar dois grandes momentos do planejamento público no período mais longo da segunda metade do século XX: uma primeira fase que vai dos anos 50 até meados dos anos 70 e uma segunda fase do final dos anos 70 ao final dos anos 90. Na primeira fase houve uma forte relação entre as políticas ativas de desenvolvimento, presentes nos diversos planos de médio e longo prazo do período, e o desenvolvimento brasileiro, em especial no que diz respeito a indicadores de desempenho econômico, como renda per capita e crescimento do PIB. Os PND's da década de 70 (I e II) são exemplos representativos desta primeira fase. O “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”, expressão amplamente usada nestes Planos Nacionais de Desenvolvimento, representava o modo brasileiro de organizar o estado e moldar as instituições para, no período de uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida. Com o objetivo de inserir o Brasil na categoria das nações desenvolvidas, o Modelo de Desenvolvimento tinha como meta chegar em 1974 com taxas de crescimento anual do PIB entre 8% e 10% e até 1980 duplicar a renda per capita do país. A estratégia envolvia a expansão das fronteiras econômicas, o uso intensivo dos recursos humanos, o desenvolvimento do Centro-Sul e a industrialização do Nordeste, bem como uma forte preocupação em torno da integração nacional, dando ênfase à indústria de bens de consumo duráveis, liderada pela indústria automobilística. Na segunda fase, entretanto, o Governo Federal passou a se preocupar de forma crescente e intensa com problemas de curto prazo ligados à instabilidade econômica provocada pelos níveis elevados de inflação. Com isso, o planejamento como instrumento para se projetar ações de médio e longo prazo foi sendo progressivamente abandonado, passando as políticas públicas a serem orientadas para medidas de curto e curtíssimo prazo. O Plano Cruzado (1986) e o Plano Real (1994) são exemplos marcantes desta segunda fase, ambos centrados no controle de preços e estabilidade econômica, privilegiando metas e ações conflitantes com possibilidades reais de crescimento. CONCLUSÕES: Ao longo de todo o período pesquisado e analisado foram identificados diversos planos e programas nacionais de desenvolvimento, com objetivos distintos, mas todos com um propósito e embasamento em comum, que era de promover o crescimento econômico e lançar o país no cenário econômico mundial, elevando e desenvolvendo o setor econômico nacional de forma a colocar o Brasil no eixo das nações desenvolvidas, financeiramente independente e com um alto poder competitivo de seus setores produtivos (impulsionado pelas exportações). Isto esteve muito presente nos planos elaborados pelas



equipes técnicas dos primeiros governos militares (final anos 60 e nos anos 70). Apesar do otimismo presente nos diversos planos e das próprias políticas públicas de apoio ao desenvolvimento, o país enfrentou sérios problemas ao longo do período para implementar muitas das ações e projetos, em função principalmente das várias crises, externas e internas, sem contar as falhas na própria estrutura de muitos destes planos. A partir de meados dos anos 70 e ao longo dos anos 80, os problemas ligados ao endividamento e à inflação forçaram os vários governos a priorizarem objetivos de curto prazo, voltados a estabilizar o mercado econômico e controlar a inflação, fragilizando os planos e estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo. Este tipo de orientação das políticas públicas de desenvolvimento acabou desacreditando o planejamento público como um instrumento confiável para a orientação e promoção do desenvolvimento econômico. Apoio: CNPq

¹ Projeto de Iniciação Científica

² Bolsista PIBIC/CNPq

³ Professor do Departamento de Economia e Contabilidade. Orientador